

O buraco negro na galáxia

Os governadores de Estado reclamam há anos reforma constitucional que redistribua os impostos e retire da União a condição de "primo rico" do sistema federativo. Na Assembléia Nacional Constituinte, estudam-se fórmulas capazes de revitalizar as finanças estaduais e municipais, havendo, no entanto, quem suspeite que de "primo rico" a União passe à condição de "primo pobre", na medida em que se redistribuem os impostos, mas não as atribuições administrativas. Enquanto não se aprova nem a reforma nem a nova Constituição, os Estados — ou boa parte deles — estão em situação pré-falimentar, subsistindo graças àquele princípio geral de Direito que estabelece que os bens do Estado são impenhoráveis. Tal princípio não se aplica, no entanto, aos bancos estatais dos Estados — sociedades anônimas que poderiam ter o destino que o Banco Central reserva às instituições financeiras privadas, se não estivessem em jogo carreiras políticas e questões correlatas.

Na medida em que esse tipo de consideração menor pesa nas decisões de alto nível, assiste-se a este fato simplesmente aterrador: os bancos estatais dos Estados, que se encontram sob intervenção desde fins de abril, devem ao Banco Central Cz\$ 128 bilhões, dívida essa montada sobre saques a descoberto contra a reserva bancária. Essa reserva está hoje sem provisão — então, para manter funcionando bancos tecnicamente inviáveis, ou que se tornaram assim pelo uso indevido da possibilidade de recorrer ao Banco Central para resolver seus problemas diários de caixa, o Executivo federal emite moeda. Se expediente dessa natureza fosse empregado para assistir bancos privados, seria um deus-nos-acuda. Como se emite para que os bancos estatais possam dever cada dia mais, ninguém abre a boca. Ninguém, não! Os técnicos do FMI, que estão no Brasil para verificar até que ponto será possível jugular a inflação via redução do déficit público, começam a entender que, nesta curiosa Federação em que a União manda em tudo e os Estados em nada, o Poder Central não consegue controlar o déficit público de Estados

e Municípios, o qual ajuda, e como!, a aumentar o déficit global do País, que é necessário reduzir.

Quando se deu a intervenção do Banco Central nos bancos estatais dos Estados — sem que o Congresso fosse ouvido a respeito da fabulosa quantia que se ia despende —, experimentado homem público dizia ser impossível restabelecer a higidez financeira desses sistemas, pela simples e boa razão de que era pelos saques contra os bancos que os governadores garantiam o pagamento em dia do funcionalismo. Como as receitas estaduais não aumentaram extraordinariamente de abril para cá, e como o funcionalismo estadual não foi reduzido em ação saneadora sem precedentes, segue-se que os Executivos estaduais não estão pagando o funcionalismo em dia — o que, aliás, ocorre em alguns Estados — ou que continuam sacando contra o Banco Central, desta vez com o aval dos interventores.

Na verdade, a situação dos bancos estaduais espelha a falência do Poder Público no Brasil. De tanto assumir funções que não são suas (em qualquer dos âmbitos federal, estadual e municipal), de tanto abrigar funcionários mal remunerados a fim de eventualmente ganhar eleições, de tanto ceder — ou estimular — à demagogia, os presidentes, governadores e prefeitos acabaram tornando o Brasil um país inadmissível. Essa a realidade para a qual é preciso atentar, sob pena de se construir castelos na areia. A impossibilidade de o Estado ser administrado se espelha, por exemplo, na surda disputa entre os Ministérios da Fazenda e do Planejamento para saber quem irá conter o déficit público! Maravilha das maravilhas, diria um marciano, pela primeira vez na história recente do Brasil, há ministros disputando o privilégio de ser execrado pelo funcionalismo a ser dispensado, ou pela burocracia das estatais que terá seus privilégios cortados, ou pelas diretorias das sociedades de economia mista, que serão privatizadas ou simplesmente fechadas. O marciano está enganado, pois nada disso acontecerá — e não sucederá pela simples e boa razão de que ministro algum tem vocação suicida, e mui-

to menos o presidente da República, que reclamou cinco anos de mandato, mas deve estar contando os dias que faltam para que possa voltar a ser apenas o literato que sempre ambicionou ser, sem necessidade de andar cercado de mil soldados para evitar vaias. Os poetas não são vaiados — o mais que a opinião pública faz com eles é não lê-los.

Enquanto os ministros e o presidente não se decidem a fazer os cortes indispensáveis no déficit público, plano algum de recuperação da economia terá aquela parcela de êxito que lhe dê momento próprio, de tal maneira que a inércia leve a economia a porto seguro. Na verdade, a maior responsabilidade pela falta de decisão incumbe ao presidente da República, responsável pela orientação da administração. Não só a ele, convenhamos; também aos governadores de Estado, que, passa governo, entra governo, se vêem a braços com os mesmos problemas: a plethora de funcionários que seus antecessores empregaram e as necessidades eleitorais que os empurram a empregar mais. A isso tudo, acrescente-se o fato de que no Brasil de hoje, quatro anos e alguns meses passados das memoráveis eleições de 1982, são os governadores do PMDB que acusam governadores do PMDB de terem criado dificuldades para a administração do PMDB. No tempo do autoritarismo militar, vigorava regra de ouro, pouco salutar para a democracia, mas vantajosa para dirigentes de turno: não se fala mal da administração anterior. Agora, na democracia, fala-se mal de todos a propósito de tudo. Ora, como tudo continua como dantes no quartel de Abrantes, quem perde é o povo, que dia a dia se vê sem maiores esperanças, tentado a acreditar naquilo que o presidente da República disse aos bispos: o povo não tem motivos para ter esperanças, pois o governo e os políticos nada fizeram nem fazem para resolver seus problemas. Numa coisa, porém, o presidente está errado: governo e políticos fazem o possível para empregar, aumentar o déficit público e emitir para cobrir os "buracos negros" que aparecem nesta fenomenal galáxia que é a administração pública brasileira.